

PARAÍSO DO CRIME? Ocorrência policial na imprensa da *belle époque* parnaibana (1930-1950)

Pedro Vagner Silva Oliveira¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as ocorrências policiais impressas nos periódicos que circulavam em Parnaíba-PI, entre os anos 1930 a 1950. A cidade nestes anos, aspirava ares modernos devido as trocas comerciais com várias regiões do Brasil e com o estrangeiro. A dinamização econômica e as transformações sociais adensaram as contradições entre a população. Buscando documentar sujeitos não-hegemônicos e com o fito de compreender as relações e tensões sociais na Parnaíba da *belle époque*, será usada a prática da micro história, tendo como base, Ginzburg (1989) e Levi (1992). O corpus documental da pesquisa, foi formado por jornais que circularam naquele período.

Palavras-Chave: *Belle Époque* Parnaibana; Crime; Imprensa.

Abstract

This article aims to analyze the police occurrences printed in the periodicals that circulated in Parnaíba-PI, between the years 1930 to 1950. The city in these years, aspired modern airs due to the commercial exchanges with several regions of Brazil and with the foreigner. Economic dynamism and social transformations have heightened the contradictions among the population. In order to document non-hegemonic subjects and with a view to understanding social relations and tensions in Parnaíba da *belle époque*, the practice of micro-history will be used, based on Ginzburg (1989) and Levi (1992). The documentary corpus of the research was formed by newspapers that circulated in that period.

Keywords: *Belle Époque* Parnaibana; Crime; Press.

22

Recebido em: 15.06.2018

Aprovado em: 23.06.2018

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.1306258>

¹ Mestre em História pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo-EFLCH/UNIFESP. Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI. Pesquisador do grupo de pesquisa História Social da Cultura: Literatura, Imprensa e Sociedade (UNIFESP) e professor de História Geral no cursinho popular Evandro Lins e Silva. Email: pedro_w@rocketmail.com

Introdução

Parnaíba, cidade do norte do Piauí, entre os anos 1930 e 1950, vivia sob o signo da modernidade. O tão desejado “progresso” trazido pelas exportações e trocas comerciais ofereciam à cidade requinte nos costumes de uma parcela da sociedade. Os prédios ornavam-se e ilustravam o poderio daqueles tempos áureos. Casas comerciais e firmas de representação nacional e estrangeira, assinalavam a importância das transações e firmavam Parnaíba como uma das principais cidades piauienses.

Longe de ser harmoniosa, a Parnaíba de outrora, com as “ruas arenosas, sem jardins elegantes, com passeios de altos e baixos” (*O Norte*. 01/05/1951, p. 4.), estava conhecendo a partir dos anos 1930, esforços em embelezá-la. Nos anos 1950, a cidade já se encontrava “provida de calçamento, em toda a zona central, com excelentes jardins que encantam os forasteiros, como os das Praças da Graça e de Santo Antônio” (*O Norte*. 01/05/1951, p. 4.). A urbanização foi restrita ao centro, como bem ilustrou a passagem do jornal *O Norte*. Os bairros pobres, chamados de subúrbios, ficaram na margem do processo de remodelação.

Os anos que vão de 1930 até 1950 é conhecido na historiografia parnaibana, como belle époque. Sobre este período, a memória e a escrita da história documentam a opulência, o comércio e as transformações urbanísticas ocorridas na cidade. A fim de contribuir com este profícuo debate e documentar outros sujeitos e lugares que não as classes hegemônicas, o texto aqui apresentado objetiva analisar, a partir dos periódicos circulados em Parnaíba durante sua belle époque, os retratos que a imprensa fazia sobre as ocorrências policiais.

Pesquisamos notícias sobre delitos, crimes, agressões e outros assuntos nos jornais circulados na principal cidade do

norte piauiense entre os anos de 1930 a 1950. São eles, *Aljava*; *O Norte*; *Gazeta do Piauí* e *Diário da Tarde*. É preciso estar atento quando se lê os documentos e o historiador Edward P. Thompson adverte sobre isso, afirmando que “a evidência histórica existe, em sua forma primária, não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogada” (THOMPSON, 1981, p. 38). É necessário ater-se ao olhar das fontes e de seu produtores, bem como fazer perguntas às evidências.

O material de nossa pesquisa é lacunar. Devido a inexistência de arquivos públicos em Parnaíba e a falta de política de preservação documental, só tivemos acesso à algumas edições dos referidos jornais reunidas em quatro coleções, prejudicando assim, as análises e comprometendo um estudo mais aprofundado.

Apesar desta “brecha”, fizemos uso da micro história, “prática historiográfica”, nos dizeres de Giovanni Levi que “é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental” (LEVI, 1992, p. 136). Este procedimento foi de extrema importância para “contornar” os problemas trazidos pelos silêncios das fontes.

Na baliza temporal estudada, Parnaíba respirava o auge econômico, não obstante, inspirava contradições sociais em seus espaços. O centro detinha investimentos de embelezamento e ordenamento, características de uma dita ânsia por modernidade. Por outro lado, segundo o historiador Alexandre Wellington Silva, ficava “distante desse ‘desejo’, uma massa de dezenas de pessoas” (SILVA, 2017, p. 60). Ao passo que os periódicos e demais publicações da belle époque registravam as transformações urbanas de Parnaíba, os mesmos vestígios ilustram tensões sociais.

Delitos, roubos e crimes ganhavam notas nas páginas dos jornais, elucidando tanto o descompasso social trazido pela modernidade, quanto seu efeito em aumentar as desigualdades entre ricos e pobres, que era inclusive nos anos 1930 assinaladas pela linguagem. “Da elite, faziam parte o rapaz e a moça; da plebe, o caboclo e a cunhã” (LIMA REBELO, 1984, p.19), afirmou Goeth Pires de Lima Rebelo em seu livro de reminiscências.

O jornal *O Norte* alertava que no começo dos anos 1950, Parnaíba, “moralmente, tornou-se o paraíso do crime, no Piauí” (*O Norte*. 01/05/1951, p. 4). Furtos¹ e homicídios para a cidade que se dizia caminhar rumo ao progresso, eram considerados atrasos. No geral, notícias sensacionalistas que divulgavam crimes e mortes, não eram incomuns na imprensa brasileira da primeira metade do século passado.

Neste período, segundo Maria Helena Capelato, “a maioria dos jornais brasileiros (inclusive os órgãos de partido, como o Diário Nacional) davam destaque à seção de crimes (CAPELATO, p. 1988 16). Meio que atraía leitores, mortes e crimes se transformavam em episódios interessantes e largamente utilizados pela imprensa da época. E os jornais parnaibanos parecem também ter usado este recurso em suas páginas como forma de seduzir leitores.

Os jornais parnaibanos permitem compreender normas e condutas, bem como vivências, além de reconstruir a cidade com as tensões sociais do período. Capelato entende que a imprensa possibilita reconstruir o pretérito humano em sua multiplicidade. O uso de periódicos na operação historiográfica “permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os ‘ilus-

tres’ mas também os sujeitos anônimos” (CAPELATO, 1988, p.20).

A imprensa não é neutra e está longe de ser. Os editores fazem juízo de valor em seus retratos e apresentam sua própria leitura de mundo. Ainda segundo Capelato, “a produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas” (CAPELATO: 1988, p. 24-25). Em suas páginas, os periódicos levam concepções de classes, ideologias, projetos políticos e sociais que são lidos, assimilados e/ou apropriados pelos leitores que em Parnaíba, deveriam ser na maioria a elite e quem sabe, a classe média mais abastada.

Esta hipótese ganha força quando se leva em conta que a população da cidade nos anos 1940 era de 42.062 habitantes e deste contingente populacional, somente cerca de 5,78% era letrada. Ou melhor, 13.745 parnaibanos sabiam ler. Por sua vez, 21.489 pessoas atestaram não ter recebido educação formal, ou seja, não sabiam ler e nem escrever; 35 pessoas não declararam seu nível de instrução (IBGE, 1940, p.116). Logo, nesta cidade, o que era escrito, era para poucos e poucos liam os periódicos.

Fizeram parte do *corpus* documental desta investigação, além dos jornais, outras fontes que foram cotejadas. Tais evidências são livros de memórias e censos demográficos. Para finalizar, ao invés de analisarmos somente as notas que falavam sobre violência, preferimos neste texto, por questões metodológicas, considerar todo o conjunto. Foram selecionadas quaisquer notícias que retratassem as ocorrências policiais, portanto, são elas o “fio condutor” deste texto.

Marcos Luíz Bretas afirmou que “a expansão da imprensa diária no início do século XX motivou uma diversificação de estratégias para conquistar o público, entre as quais o apelo a narrativas e crimes foi das mais empregadas”

¹ Cf. Fevereiro cronológico. *Aljava*. 29/02/1936, p.3.

(BRETAS, 2002, p.18). Longe de ser somente anedota, estas notícias descrevem muito mais a violência na sociedade parnaibana dos anos 1930 a 1950. A partir do olhar crítico sobre este material, foi possível entender o ordenamento da sociedade e os conflitos de valores entre classes, bem como os interesses da imprensa sobre o referido tema.

Reportando

As ocorrências policiais retratadas nas páginas dos periódicos eram várias. Indo desde a captura de uma dupla de forasteiros suspeitos², até fugas de presos da cadeia pública do município³; de indivíduos vagando bêbados pela cidade⁴, até a agressão de uma menor feita por uma meretriz no Tucuns⁵. Ao analisamos a documentação hemerográfica, observamos que alguns⁶ dos jornais parnaibanos, na primeira metade do século XX, possuíam espaços fixos que se destinavam somente aos casos policiais.

O noticiário “na polícia e nas ruas”⁷ era um deles e tinha como intento, não somente informar. Sem autoria e geralmente bastante curto, tal espaços teria também o objetivo de publicar notícias sensacionalistas sobre a segurança pública parnaibana entre os anos 1930 a 1950. As matérias noticiavam acontecimentos policiais ocorridos nas três

zonas do município: centro, subúrbio e zona rural⁸.

Cotejando os periódicos com outras fontes da mesma baliza temporal - exercício necessário para a compreensão da complexidade das tramas e conflitos sociais em Parnaíba -, fomos capazes de reconstruir o dia a dia da “Princesa do Igaracu”. Um destes vestígios é o *Livro do Centenário da Parnaíba*, publicado em 1945. Segundo a citada publicação, nos anos 1940, a cidade possuía quatro bairros: Coroa, Nova Parnaíba, Campos e Tucuns⁹.

No que tange à divisão policial, a fonte documenta que no período, Parnaíba tinha a presença da polícia estadual representada por um delegado e destacamento militar, “a divisão do município está feita em onze distritos” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 93). A delegacia encontrava-se na sede do município. Além das estatísticas, o *Livro do Centenário*, informava no capítulo dez sobre a segurança pública e a criminalidade em Parnaíba.

Sobre a última, afirmava ser “diminuto o coeficiente dos criminosos habituais ou por índole em nosso meio” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 237). Amenizando as razões e os tipos de delitos, o documento justificava que as maiores causas das delinquências eram o álcool, a ignorância e também, o próprio gênio dos parnaibanos, “o temperamento amoroso de nossa gente, demasiado tropical, que também nos fornece contingente de delitos” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 237).

Naturalizando as causas dos crimes, o *Livro do Centenário* trazia a concepção de sociedade mediterrânea e de honra.

² *O Norte*. 16/03/1951, p.1

³ *Diário da Tarde*. 14/09/1946, p. 1.

⁴ *O Norte*. 21/10/1944, p.1.

⁵ *Diário da Tarde*. 01/01/1949, p.1.

⁶ Dos quatro jornais, apenas o *Aljava* não tinha um espaço definido para as ocorrências policiais em seu projeto editorial. As ocorrências policiais encontradas neste periódico foram encontradas nas cronologias mensais.

⁷ O noticiário era presente em três dos quatro periódicos estudados: *O Norte*; *Gazeta do Piauí* e *Diário da Tarde*. Todos adotavam o mesmo nome para as notas policiais, este último jornal, vez ou outra trazia em alguma edição a coluna com o mesmo tema, todavia com o nome “reportagens policiais”.

⁸ Cf. Situação política do município In: CORREIA, Benedito Jonas; LIMA, Benedito dos Santos (orgs.). *O livro do centenário da Parnaíba: 1844- dezembro - 1944*. Parnaíba: Gráfico Americana, 1945, p. 62.

⁹ Idem.

Seus organizadores comungavam com as ideias do período de que os latinos, pelo sangue quente que corria em suas veias, estavam propensos à ira era movida pelas paixões, sendo assim, uma característica cultural.

Boris Fausto, no clássico *Crime e cotidiano* explicou que “a ‘naturalização’ do crime não implica o desinteresse. Pelo contrário, ele se torna componente integrante do dia-a-dia como alimento cotidiano de uma parte do público letrado” (FAUSTO, 2014, p. 26). Desta forma, a posição dos organizadores do *Livro do Centenário* seria talvez, uma tentativa de minimizar as ações que fugissem à ordem vigente, ilustrando que Parnaíba era uma cidade calma e pacata - a violência seria “aceita” pelo contexto cultural.

Esta interpretação parece não estar equivocada quando lemos no *Livro do Centenário*, as estatísticas criminais da cidade. Este mesmo livro trazia informações retroativas à sua publicação, isto é, anteriores a 1945. Até este ano, Parnaíba possuía no total 25 reclusos: “8 por homicídio e lesão corporal; 6 por sedução; 2 por furto; 6 por rapto 1 por falsificação de documento e 1 por inabitabilidade de domicílio” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 237-238).

Se a partir dos números se observa que as infrações eram insignificantes e que portanto, não é importante a discussão apresentada neste texto, sugerimos ao leitor continuar com estes dados em mente e “ler” as matérias policiais. É mister abandonar a frieza do quantitativo e ir para o calor das contendas, ouvir os insultos proferidos nas ruas e nos bares, olhar os conflitos ocorridos nos subúrbios e para os “amigos do alheio” que invadem alguma casa.

Folheemos os periódicos. No ano de 1936 foi publicada a primeira edição do *Aljava*, custando \$400(quatrocentos réis) o número do dia e 1\$000(mil réis) os

números atrasados. Fundado em Parnaíba pelo comerciante Benedicto dos Santos Lima, este jornal mensal de grande circulação se preocupava com as questões comerciais e sociais da cidade, trazendo aos leitores as mais variadas informações que iam desde resumos do mês até o resultado da loteria federal.

Em suas matérias sobre a vida urbana, encontramos algumas notas sobre ocorrências policiais na cidade e/ou a ação policial. No ano de lançamento e mesmo depois, o jornal resumia o mês da edição lançada, fazendo a retrospectiva dos últimos acontecimentos da cidade. No resumo de maio de 1936, com o título “maio cronológico”, o jornal na segunda página reportou que no primeiro dia daquele mês, “a polícia local recolhe[u] ao corpo de guarda, em sua delegacia, vários indivíduos surpreendidos na prática da macumba” (*ALJAVA*. 31/05/1936, p.2).

Na mesma edição, o mensário dedicou uma matéria inteira sobre o sinistro. Na quarta página podia-se ler sobre “os acontecimentos que movimentaram a cidade nos primeiros dias deste mês, com a denúncia e consequente captura de polícia de indivíduos moradores no Macacal” (*ALJAVA*. 31/05/1936 ,p.4). Atual Bairro de Fátima, o antigo Macacal segundo o cronista Caio Passos, tinha este nome “devido a grande quantidade de saguis, macaquinhos de caudas felpudas e cumpridas, existentes nas matas desta região, na época, de seu povoamento” (PASSOS, 1982, p. 30).

Embora mencionado, o Macacal não pareceu ter sido um bairro de Parnaíba nos anos 1930. Era provavelmente uma povoação que a julgar tanto pela descrição de Passos, quanto pela do periódico, deveria possuir pouca urbanização, sendo somente depois dos anos 1950 considerado oficialmente um bairro de Parnaíba, mudando seu nome para bairro de Fátima.

A notícia diagramada em forma de coluna que ia do topo da quarta página até o seu final, foi intitulada de “o animismo fetichista”. O título chamava a atenção do leitor, direcionando-o para a matéria. Além das informações trazidas sobre o ocorrido no Macacal, a notícia oferecia subsídios adicionais ao tema e também a opinião do jornal sobre o retratado em sua página.

A ação policial deu-se, pois os indivíduos capturados eram “dados a prática de magia negra ou ‘macumba’ ou ainda, espiritismo inferior” (*ALJAVA*. 31/05/1936 ,p.4). A fim de situar o leitor sobre a prática religiosa em questão, o mensário contextualizou na mesma matéria – ou tentou – com uma boa dose de jogos de valores, as práticas reprimidas pela polícia.

Ora afirmando que as chamadas “ciências experimentais” tinham estudado “a realidade dos fenômenos produzidos nas sessões de magia negra” (*ALJAVA*. 31/05/1936, p.4), ora asseverando que no nordeste ela vinha do candomblé, o *Aljava* tentava explicar aos leitores a origem e a história destas práticas e quem sabe, sua possível veracidade à luz do conhecimento científico da época. O que importa é a concepção¹⁰ classista do jornal, bem como suas ideias sobre as manifestações religiosas reprimidas no Macacal.

Em tons excludentes, a nota afirmava: “com a absorção e progressivo desaparecimento da raça negra, declinará o florescimento dos cultos de sua gente, remanescendo porém entre as classes baixas essas práticas de baixo espiritismo

ou candomblé” (*ALJAVA*. 31/05/1936 ,p.4). Afirmar que era preconceito racial – embora fosse-, não ajuda a analisar o texto citado, afinal, não basta constatar, é necessário ainda reconstruir a sociedade da época, assim como a visão de mundo que o jornal comungava naquele momento.

Segundo o Código Penal de 1890, promulgado no limiar da república brasileira, era considerado, com base no artigo 157, crime contra a saúde pública “praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública” (BRASIL, 1890). Reservado a estes, um a seis meses de prisão e multa de 100\$ (cem réis) a 500\$000 (quinhentos mil réis). Em 1932, o Código Penal foi consolidado pelo decreto 22.213 de 14 de dezembro de 1932 de autoria do desembargador Vicente Ferreira da Costa Piragibe, vigorando até 1940.

A notícia não revelou se os “detentos” estavam enquadrados na descrição do código isto é, se estavam ou não, fazendo uso de poções e/ou afins na intenção de ludibriar as pessoas. Embora haja essa lacuna, é provável que a ação policial tenha sido feita sim por esta motivação. Outras fontes indicam que tais práticas eram comuns na sociedade parnaibana dos anos 1940¹¹, apesar dos seus 41.906 habitantes se declararem católicos¹².

¹⁰ Vinte anos mais tarde, já na segunda metade dos anos 1950, o mesmo jornal publicou um texto de Alarico da Cunha sobre os tratamentos “populares”. Sob o título “medicina cabocla”, por meio de sua pena, o autor afirmava que “as coisas mais absurdas e mais repugnantes são aplicadas como remédios para as várias moléstias”. Conf. Alarico da Cunha. Medicina cabocla In: *Aljava*.04/07/1956, p.5.

¹¹ Não foi possível citar os dados do Censo de 1930, tendo em vista que este não foi realizado.

¹² A população de Parnaíba nessa década era de 42.062 habitantes. O censo mostra um silenciamento sobre as religiões de matrizes africanas. As religiões computadas, a saber são: Católicos romanos, Protestantes, Ortodoxos, Israelistas, “Maometanos”, Budistas, Xintoístas, Espiritas, Positivistas, De outra religião, Sem Religião e por fim, Pessoa de condição religiosa não declarada. Cf. **Recense-**

O advogado e escritor Renato Castelo Branco em seu livro, *Tomei um Ita no Norte*, relatou que quando criança, em Parnaíba, uma de suas vizinhas conhecida por dona Ana Calango possuía uma série de conhecimentos sobre poções “milagrosas”, filtros amorosos, balsamos, enfim, uma gama de fórmulas mágicas e que por isso “muitas pessoas acreditavam nos seus poderes extra-naturais, na força dos seus despachos, nos acontecimentos bons ou maus que deles resultavam” (CASTELO BRANCO, 1981, p. 97). No Tucuns, dona Ana Calango era uma yalorixá que recebia entidades e fazia consultas.

O livro de memórias indica que a população de Parnaíba possuía em seu imaginário, imagens de que nos cultos afro-brasileiros encontravam-se soluções mágicas para muitos dos problemas da vida privada, como por exemplo, filtros do amor ou abortivos. Outra obra memorialística contribui para esta interpretação, trata-se do livro de Raimundo Souza Lima, o qual pode-se ler tia Chica curar um homem de facada com “um pinto vivo pisado no pilão e mais as rezas do ritual, que serviam também para a cura e fechar o corpo do enfermo” (LIMA, 1987, p.33 e 35). Tais práticas eram concebidas como atrasadas e condenadas pelo código Penal de 1890 e de 1932, entendidas tanto como charlatanismo, quanto atentado à saúde pública.

Sobre este tipo de delito, O *Livro do Centenário da Parnaíba* afirmava: “pode-se dizer negativa a prática do curandeirismo e baixo espiritismo em nosso município” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 237). O documento descrevia que era pouco o número desta ocorrência e que apesar do baixo índice, “as medidas de saneamento, neste sentido, tomadas

pelas autoridades policiais, têm conseguido bom êxito na repressão de tais delitos” (CORREIA; LIMA, 1945, p. 237).

A historiadora Elizabeth Cancelli ao estudar o aparato policial e a repressão na era Vargas, afirmou que “o Estado inaugurado pelos revolucionários de 30 via no poder da polícia um caráter administrativo para a sociedade” (CANCELLI, 1994, p. 23). O do novo regime instaurado, era o de sanar comportamentos e técnicas, alinhando a sociedade ao ideário defendido pelo Estado, “uniformizando” os indivíduos.

A censura se justificava pela “fuga” do que era moralmente aceito. Thompson entende que “o sistema social é ‘governado’ pelo sistema de valores que, inclusive seleciona as metas do sistema” (THOMPSON, 1981, p.91). Apesar disso, as pessoas não recebem ou reproduzem os valores de maneira passiva e submissa. Normas e valores vindas de cima, podem ser rejeitadas e revistas. Destarte, “conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre” (THOMPSON, 1981, p.194).

Num contexto em que a eugenia ganhava força no Brasil e que era inclusive, defendida pelo Estado, percebe-se no *Aljava* e em outros jornais da época, o que acontecia quando que se fugia da norma defendida, as práticas tidas como à margem com seus atores e o conflito de valores. Segundo o *Aljava*, a “macumba” era feita não apenas pela população negra¹³, mas também pelas cama-

¹³ É interessante a discrepância étnica contida nos dados do censo de 1940 sobre Parnaíba. Os números indicam que a população era majoritariamente branca. Apesar de relevante, dado o espaço deste texto, achamos melhor não problematizar com mais afinco estes números, muito embora, achamos de extrema importância e pertinência, fazer menção a estas estáticas para futuras pesquisas. Segundo os dados encontrados, Parnaíba tinha como “população de fato”, o total de 42.062 habitantes. Destes, 30.335 se declaravam brancos,

das pobres, moradores dos subúrbios, como por exemplo, Tucuns e lugarejos como o Macacal. A população pobre de Parnaíba que não tinha condições de pagar consultas médicas e tratamentos na Santa Casa de Misericórdia, buscava outros meios que não a medicina científica, a cura de seus males.

Aqui o problema é eugenista, defendendo tanto o branqueamento da raça: “absorção e progressivo desaparecimento da raça negra”, quanto um preconceito classista e excludente contra a população mais pobre de Parnaíba que recorria aos terreiros, rezas e mezinhas. Aos olhos do jornal, tais práticas beiravam entre o curioso e o lúdico: “é interessante, todavia, os fatos presenciados nas reuniões de candomblé, onde as circunstâncias, por meio de passes e invocações orais dançam, cantam e provocam fenômenos estranhos, as vezes assaz divertidos” (*ALJAVA*. 31/05/1936, p.4).

Adjetivos como “estranhos” e “divertidos” eram empregados no sentido de desqualificar os praticantes, levando aos leitores o retrato classista de que o que era descrito, pertencia aos ignorantes e atrasados, às “classes baixas”. Seja como for, o *Aljava* defendia categoricamente que aquelas práticas “merecem, justamente a repressão dos órgãos de policiamento social” (*ALJAVA*. 31/05/1936, p. 4). Passemos para outras notícias.

O jornal *O Norte*, matutino fundado em 25 de janeiro de 1930, veiculou numa de suas páginas do dia cinco de fevereiro de 1940, que o morador da Ilha Grande, Sebastião Rodrigues da Silva, “levou queixa à polícia contra os indivíduos de nomes Lino Inácio e Inácio Rodrigues da Silva, acusando-os de te-

rem-no agredido e espancado, na noite do dia 31 do transato, naquele mesmo lugar, onde são moradores” (*O NORTE*. 05/02/1940, p. 4). Segundo o jornal, “a polícia puniu o acusado” (*O NORTE*. 05/02/1940, p. 4).

Ilha Grande era sede do segundo distrito policial e englobava Fazendinha, Labino, Pedra do Sal, Bom Jesus, Vazantinha e Sorocaba¹⁴, localidades situadas no outro lado do Igarçu, fora do perímetro urbano na época. Não foram ditas as razões pelas quais Sebastião fora agredido, o jornal não nos permitiu obter esta informação. Se observarmos com atenção, vemos que Sebastião e Inácio possuíam os mesmos sobrenomes, podemos afirmar que provavelmente eram irmãos, ou no mínimo, parentes próximos. Se forem ou não, a matéria afirmava que todos os três homens moravam no mesmo local. Sugerindo contenda entre vizinhos, algo bastante recorrente nos periódicos estudados. Vejamos outros casos.

Novamente, em Ilha Grande, houve outra agitação envolvendo vizinhos. Na edição do *O Norte* do dia seguinte, foi veiculado que Maria Freire Vaz, moradora do local citado anteriormente, “queixou-se à polícia contra o indivíduo de Domingos de Tal, residente naquela ilha e trabalhador do Sr. Domingos de Freitas” (*O NORTE*. 06/02/1940, p. 4). Segundo Maria Freire, aquele primeiro homem teria “agredido e espancado um irmão da queixosa de nome João Freire Vaz, ferindo-o no pescoço com um facão” (*O NORTE*. 06/02/1940, p. 4). O jornal encerrou a notícia afirmando que “a polícia puniu o acusado e abriu o competente inquérito” (*O NORTE*. 06/02/1940, p. 4).

assim, totalizando 72,12% dos parnaibanos. Por sua vez, 11.569 habitantes se declaravam pretos (27, 50%) e 134 (0,32%) pardos. Conf. *Recenseamento Geral do Brasil – Série Regional. Parte V-Piauí*. 1940: Rio de Janeiro, 1955.

¹⁴ Divisão policial In: CORREIA, Benedito Jonas; LIMA, Benedito dos Santos (orgs.). *O livro do centenário da Parnaíba: 1844- dezembro - 1944*. Parnaíba: Gráfico Americana, 1945, p. 91.

É intrigante como o uso da coerção foi primeiro empregado e somente depois da punição, é que a investigação foi feita, suscitando abuso de poder e de violência policial. Por outro lado, notemos algo que poderia passar despercebido diante dos nossos olhos. Dos três personagens desta história, somente dois tiveram os sobrenomes divulgados. Por qual razão?

Não temos respostas definidas, mas o silêncio acerca do sobrenome do primeiro envolvido, ou melhor, o emprego da palavra “de tal” após o nome de Domingos, nos faz refletirmos sobre o retrato deste sujeito e seu lugar social. Notemos que fora identificado como trabalhador de outra pessoa e aqui, fazemos duas considerações. Primeira, o ocorrido data do começo dos anos 1940, o presidente Getúlio Vargas, eleito indiretamente em 1934, três anos mais tarde fechou o Congresso e instaurou uma ditadura: o Estado Novo.

Para Ângela de Castro Gomes, nos anos 1940, no Brasil, “ser trabalhador era ganhar o atributo da honestidade, que neutralizava em termos de honra o estigma da pobreza. Pobre, mas trabalhador, isto é, um cidadão digno dentro do novo Estado Nacional” (GOMES, 2005, p. 223). Enormemente apreciado, o trabalho neste momento, estava longe de ser apenas uma ação humana para se prover.

Segundo Cancelli “construir uma raça brasileira forte, saudável e capaz estava plenamente de acordo com a tonalidade de um projeto político, onde a glorificação do trabalho tornara-se o único caminho viável de enobrecimento do homem” (CANCELLI, 1994, p. 24). Possuir uma ocupação, ter um trabalho, era a prova da boa conduta dos cidadãos brasileiros a partir dos anos 1930. Ideário este amplamente veiculado no rádio, jornais, livros e revistas.

Embora o acusado, Domingos não tenha tido boa conduta, o jornal fez questão de afirmar que ele era um trabalhador. O problema é que o periódico apaga parte da existência de “Domingos de Tal”. Atrelado ao seu empregador, é como se este homem não tivesse rosto, idade ou história, importando ser somente mão de obra de uma terceira pessoa. Era mais um entre tantos outros, um anônimo.

O que importava era somente que ele “pertencia” a outra pessoa e que trabalhava. A escravidão jurídica e institucionalmente tinha se findado há 52 anos, entretanto, os laços de senhorio e o tratamento servil ainda permanecia dentro da sociedade de Parnaíba. No tocante ao trabalho, o periódico informava aos leitores que apesar de infrator, “Domingos de Tal” não era um “vagabundo”, possuía uma ocupação, um trabalho, principal valor brasileiro defendido nos anos 1940.

A violência ou o abuso de poder da polícia não era caso isolado a este. O vespertino, *Diário da Tarde* de 1949, em sua primeira página afirmava que o carroceiro João Alves “com lágrimas nos olhos e o corpo marcado de pancadas, nos veio pedir que divulgássemos o que abaixo se segue” (*DIÁRIO DA TARDE*. 22/02/1949, p. 1). Tratava-se da denúncia deste trabalhador contra o emprego abusivo da força policial em Parnaíba. O jornal, aproveitando-se da história de João Alvez, chamava atenção da população da cidade, “principalmente daqueles que não acreditam que alguns policiais, abusam de sua autoridade” (*DIÁRIO DA TARDE*. 22/02/1949, p. 1).

A prática existia e o relato do carroceiro documenta isto. A matéria de duas páginas não informa o local onde João Alvez morava, entretanto, o incidente aconteceu domingo à noite. Narrando o episódio, o periódico afirmou que o car-

roceiro “encontrava-se no ‘Ninho de Zezeu’, uma espelunca localizada no bairro Coroa, ali foi agredido pelos indivíduos Pichica e Zébarceo, dois conhecidos arruaceiros, tendo sacado uma faca para reprimir a agressão” (*DIÁRIO DA TARDE*. 22/02/1949, p. 1).

Contando a história, o periódico faz em suas páginas vários julgamentos de valor. Acerca disso, Sandra Jatahy Pesavento afirmou: “o jornal estetiza o fato, ou seja, reorganiza a narrativa, encadeia o enredo, exprime um juízo de valor” (PESAVENTO, 2004, p. 29). A forma que os editores escreviam a narrativa ajuda a perceber os valores da sociedade parnaibana em sua belle époque, bem como os retratos de alguns lugares da cidade e os brios de parte dos parnaibanos de décadas atrás.

A história descrita e levada ao público recebeu tratamento estilístico que mostra valores sociais e o contraste entre eles, isto é, do que era moralmente aceito ou não. O episódio do carroceiro João Alvez e a narrativa da história no jornal nos remete às cartas de perdão estudadas por Natalie Zemon Davis(2001). Deve-se obviamente guardar as especificidades das fontes e dos contextos históricos, afinal, as evidências analisadas por Davis eram recursos utilizados na França do século XVI para obterem o perdão real ante algum crime específico.

Então quais semelhanças guardariam com um jornal piauiense da primeira metade do século XX? Do ponto de vista técnico, nenhum, mas o modelo de análise de Davis é bastante proveitoso para a discussão proposta. Tentemos então e analisemos com maior afinco a matéria do *Diário da Tarde*. Ater-se aos detalhes, ao miúdo, como ressaltou Carlo Ginzburg, “é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis” (GINZBURG: 1990, 144), pois ali en-

contraremos respostas para nossas perguntas.

Ao ser provocado pelos conhecidos “arruaceiros”, o reclamante, trabalhador também conhecido por todos, tirou uma faca que possivelmente levava consigo na cintura em seu dia a dia, um costume masculino que perpetua ainda hoje em pequenas cidades interioranas e que era comum aos trabalhadores da Parnaíba de outrora, como por exemplo, os vareiros¹⁵. Na intenção de se defender, ele fez uso de um objeto de seu cotidiano e que apesar de ser letal, foi usado como legítima defesa.

A partir daí, observa-se a construção da história e a oposição de valores. Continuemos. Este carroceiro, sujeito trabalhador e conhecido em toda cidade pela sua labuta diária para se manter vivo, foi acossado não em qualquer lugar de Parnaíba, mas na Coroa, um de seus subúrbios, antítese do que era considerado civilizado e ordenado.

Os indivíduos que abordaram João Alves eram símbolos da desordem, do que foge à norma naquele contexto social: “arruaceiros”. Se olharmos atentamente, nem os nomes foram informados. Aparece na matéria os apelidos, denominações informais, o que ajudaria o leitor da época a identificar melhor os acusados por talvez serem mais conhecidos por eles. O jornal não noticiou se Pichica e Zébarceo estavam também armados ou não, muito menos foi dito se alguém se feriu na luta. Caso não estivessem armados, o *Diário da Tarde* talvez no sentido de não macular a imagem de João Alves construída naquela página, escondeu ou silenciou tal informação.

Seja como for, o carroceiro pela manhã “foi preso e conduzido a um dos xadrezes de Delegacia, onde foi recebi-

¹⁵ Cf. LIMA, Raimundo de Sousa. In: **Vareiros do Rio Parnaíba & outras histórias**. Parnaíba: Fundação Cultural do Piauí, 1987.

do por dois policiais a socos”. O periódico chama atenção para o abuso de poder policial e nas entrelinhas da notícia, pode-se ler que o carroceiro foi preso injustamente, afinal, ele era um trabalhador e que embora tivesse se envolvido em uma briga nas vias públicas, só estava na “hora errada e no lugar errado”?

É interessante como os “pequenos” procuravam meios para se proteger. Um carroceiro buscando a imprensa para denunciar o excesso de repressão, era uma forma de lutar contra a truculência daqueles que o oprimiram, tentativa de ser feita justiça. Não podemos ser ingênuos e afirmarmos que o *Diário da Tarde* ao divulgar as penas passadas pelo carroceiro tenha sido uma tentativa do jornal de amparar o trabalhador. Se aquela história foi imprensa em suas páginas, alguma intenção editorial aconteceu. Enquanto “espaço privilegiado de poder e mobilização da opinião pública, a imprensa atua sobre normas e condições que expressam uma determinada correlação de forças com as quais interage de forma ativa” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 267).

Retornando para a geografia da cidade, alguns lugares pareciam ser mais perigosos que outros. Os “subúrbios” tinham mais ocorrências¹⁶ policiais que o centro. A oposição centro/subúrbios era reflexo da divisão social de Parnaíba da segunda metade do século XX. Neste contexto histórico, segundo Josenias Silva, Parnaíba “era uma cidade movimentada, pulsante, e que oferecia um paisagem de contraste entre o ‘chique’

¹⁶ Fazendo um mapeamento preliminar, observamos que dos 20 casos policiais registrados nos periódicos analisados, 3 ocorreram no centro. As outras 17 ocorrências aconteceram em vários cantos da cidade: Tucuns, 1 ocorrência; Campos e Macacal tiveram 2 cada um, Coroa, 3 ocorrências e Ilha Grande, 4 ocorrências. Nas 4 restantes, os jornais não os situam geograficamente, apenas dizem ter sido em Parnaíba.

dos palacetes e bangalôs em estilo moderno do centro, com o ‘popular’ dos casebres de palha nas áreas periféricas” (SILVA, 2012, p. 51).

Coroa e Tucuns eram lugares pobres cujas casas constituídas de palha e durante o inverno, se desmanchavam com as enchentes do Igarauçu. Castelo Branco em seu livro de memórias descreveu ambos os bairros “com seus botecos sórdidos à beira dos barrancos, onde os embarcações iam tomar cachaça todas as noites”. (CASTELO BRANCO, 1981, p. 20). Em oposição ao centro dos jardins e das ruas calçadas, encontrava-se outra Parnaíba, suja e desarticulada, oposta da “modernidade”.

O Norte, na coluna “na polícia e nas ruas” publicou a queixa do morador do bairro Campos, Francisco Pereira. Segundo ele, um homem teria “agredido sua mulher com palavras injuriosas” (*O NORTE*. 06/02/1940, p. 4). Chocada, a mulher “que estava grávida abortou, achando-se bastante doente” (*O Norte*. 06/02/1940, p. 4). Se o leitor pensava que o acusado morava no mesmo bairro que o queixoso, ledor engano, “o incriminado, Sebastião de Tal, vulgo “Babá”, [era] residente na Ilha Grande” (*O NORTE*. 06/02/1940, p. 4).

O caso foi encerrado - ao menos no jornal - com Sebastião se comprometendo a “ficar responsável pelas despesas do tratamento da esposa de Francisco Pereira” (*O NORTE*. 06/02/1940, p. 4). Embora saibamos parte do desfecho, mais um acusado teve o nome silenciado. Não nos foi permitido pelo jornal saber quem era, e tampouco o que fazia Sebastião. Desta vez, o apelido, “nome” pelo qual deveria ser conhecido no lugar que morava, foi divulgado. As injúrias e suas causas são desconhecidas, também não temos a versão do acusado.

Na geografia parnaibana, a Ilha era um lugar em que imperava a desordem e o crime. Raimundo Pereira Leal, habi-

tante do lugarejo Cipoal, em Ilha Grande, queixando-se à polícia que Bernardo Teófilo do Santos, morador do mesmo lugar, apesar de “ser casado civilmente, é tido naquela zona como afamado conquistador das mocinhas da redondeza feito várias vítimas, impunemente” (*O NORTE*. 09/02/1940, p. 4). A questão nesta nota era a honra familiar e o escândalo social. O reclame foi feito, pois o acusado “enamorado-se da menor R.P.L., de 6 anos de idade, filha do queixoso” (*O NORTE*. 09/02/1940, p. 4).

Fausto ao analisar as queixas afirmou que estas sugerem “que a ‘honra’ continua a ser um bem precioso, cuja perda deve ser objeto de algum tipo de reparação” (FAUSTO, 2014, p.60). É possível usar tal lógica para interpretar esta notícia do jornal o *Norte*. Aqui existem duas afrontas contra a honra. A primeira delas, a sedução de menores, no qual um pai ao denunciar, pedia reparos à honra de sua filha e tendo em vista a sociedade machista do período, à sua própria; não obstante, há o rompimento da instituição matrimonial – um homem casado cometia adultério, embora socialmente “aceito”, a polêmica dava-se visto que o marido seduzia menores, logo, imoral.

Em outros subúrbios, também prosseguiram os casos policiais. 23 de junho de 1940, *O Norte* registrou que nos Tucuns, atual São José, ocorreu uma contenda cujas causas não são esclarecidas, mas que foram classificadas como “motivos fúteis”. Segundo Bretas, “a incompreensão e a atribuição do ‘motivo fútil’ vinha de cima, do discurso dos setores moralizadores da elite” (BRETTAS, 2002, p. 20). O retrato classista e normativo do diário parnaibano silenciou os motivos da contenda que teve um trágico desfecho.

“Manoel Estevam da Silva e Osvaldo de tal travaram-se de discussão, no bair-

ro Tucuns” (*O NORTE*. 23/06/1940, 4). Depois do bate-boca, os ânimos se exaltaram e os envolvidos partiram para o combate corporal: “no meio da contenda, Osvaldo de tal lança mão de uma pá de boi e bate, com muita força, na cabeça de Manoel Estevam”. Devido ao golpe, um dos “lutadores” foi à lona, caindo atordoado pela pancada, ao se levantar, “Estevam investe contra o seu agressor, armado de uma bem amolada ‘peixeira’, produzindo-lhe diversos golpes” (*O NORTE*. 23/06/1940, 4).

De acordo com Sousa Lima, o Tucuns era “onde mata cachorro[miliciano] não era aceito nem à paisana. A polícia, para ele [o vareiro] era indesejável, não lhe perdoava as faltas, mesmo em suas áreas de influência, que iam do Tamancão à Coroa. Essa animosidade cresceu com o tempo, perdurando por largos anos. (LIMA, 1987, p.19). A descrição ilustra os limites do poder normativo e os conflitos sociais entre milicianos e a população.

De acordo com Thompson, “valores, tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos” (THOMPSON, 1981, p. 194). Segundo o historiador inglês, o sistema social é “governado” por valores, que nem sempre são aceitos. A partir disso, pode-se compreender o retrato do *Norte*.

O jornal entendia ser “natural” aquele tipo de acontecimento no Tucuns, pois, era um espaço da cidade em que o poder normativo era contestado. Os conflitos entre os agentes da “ordem”, isto é, dos milicianos e dos que moravam e frequentavam este lugar, eram contínuos - a presença daqueles primeiros, possivelmente não era bem vista no Tucuns. Silenciando os conflitos sociais entre os “agentes da ordem” e os moradores, o jornal fez um retrato classista sobre o subúrbio, mostrando-o em suas

páginas como desorganizado, em que a desordem se fazia presente e lhe era característica.

Os motivos foram silenciados no jornal, já a violência empregada por Estavam foi cristalizada pelas letras, oferecendo aos leitores atitudes que iam contra a “civilidade”, a harmonia e a boa conduta, valores bem quistos pela elite. Mas o que poderia se esperar? Afinal, o evento ocorreu n’um dos subúrbios da cidade, espaços em que eram “comuns” tais casos. Nada de novo sob o sol, talvez. Pode-se ver n’outras notas policiais, a naturalização da violência nos subúrbios e os conflitos de valores entre classes.

Durante o Carnaval de 1940, o *Norte* publicou alguns artigos sobre a folia de momo, dentre eles, notícias sobre desfiles de corso, a eleição do Rei Momo e regras sobre as ruas e vias públicas que foliões poderiam ocupar ou não. Em sua coluna “na polícia e nas ruas”, o diário iniciava reportando: “só para que não diga que os festejos carnavalescos deste ano nesta cidade passaram sem uma nota distoante, ocorreu na noite do último dia uma agressão nas circunvizinhanças da Munguba e Quarenta” (*NORTE*. 09/02/1940, 4).

A notícia policial não acabava por aí, segundo o diário, aquele arrabalde era “zona, aliás, celebre em acontecimentos dessa neturêse” (*NORTE*. 09/02/1940, 4). Conflitos e ocorrências em ambos os lugares, segundo a nota, eram corriqueiros. Os motivos da agressão não aparecem no jornal e segundo ele, não foram esclarecidos. O que se sabia era apenas que “a desordem começou a altas horas da noite, prolongando-se por mais de uma hora” (*NORTE*. 09/02/1940, 4).

O lugar e o horário ilustram o inapropriado. De um lado, há a imagem de parte da cidade a qual a violência era quase certa, dado às pessoas que a constituíam; do outro, uma imprecisão de

horário, mas que já passava da hora de trabalhadores se recolherem para o próximo dia de labuta. Na contenda, “saíram feridos, por espancamento, os contendores Pedro Rubim de Melho, vulgo Pedro ‘Batata’ (magarafe), residente nesta cidade e José Francisco de Souza, residente no lugar Barro Duro” (*NORTE*. 09/02/1940, 4). Os leitores do período, certamente liam atônitos estes episódios dramáticos. A imprensa com suas letras, ao retratar estas ocorrências policiais e lhes atribuírem lugar na cartografia parnaibana, cristalizava e perpetuava no imaginário da cidade, a dicotomia ricos/obres, moderno/atrasado, centro/subúrbios.

Considerações finais

Embora esta pesquisa ainda esteja em desenvolvimento, é possível apontar alguns resultados. Primeiro, os jornais, como se percebeu, não eram neutros. Ao noticiar prisões, contendas entre vizinhos e mesmo abuso do poder policial, os periódicos parnaibanos em suas páginas normatizavam condutas e valores sociais, levando em suas páginas, o ideário de uma elite dita moderna.

Retratando uma cidade que vivia em transformação pela exportação da carnaúba e de outros produtos, as notas policiais permitem perceber as tensões sociais e uma Parnaíba heterogênea. Se de um lado a “modernidade” trouxe embelezamento para as vias, espaços e prédios públicos da cidade; por outro, a divisão social entre rico e pobres se tornou mais abrupta, marcando dentro da geografia da cidade, lugares mais “perigosos” que outros e devido isso, a violência e por conseguinte, as ocorrências policiais, eram mais comuns.

Sobre as posturas e ideários que os periódicos suscitavam naquele período, pode-se perceber que o trabalho, dado o contexto histórico, era um valor fortemente difundido. Por outro, eram

reprimidas atitudes e práticas que não combinavam os tempos de progresso, que fugiam aos valores da elite de Parnaíba, assim, cultos afro-brasileiros e a medicina popular, por exemplo, eram o oposto das “modernas” práticas médicas do período, devendo, portanto, aquelas primeiras serem combatidas.

Crimes tanto contra o bem público e privado, isto é, furtos, assim como os homicídios, iam na mesma lógica. Eram episódios do pretérito, comuns, segundo a matéria que dá título a este artigo, “ao passado recuado, aos tempos primitivos, à idade da pedra, em que ainda vivem os nossos selvícolas” (*O Norte*. 01/05/1951, p. 4). Percebemos a concepção etapista e progressista sobre o tempo e a sociedade parnaibana. A cidade devido aos crimes que aconteciam em suas vias e subúrbios, estaria retornando ao passado, prejudicando assim, sua marcha rumo ao “desenvolvimento”. Percebe-se uma vez mais, o olhar preconceituoso dos jornais parnaibanos, embriagados por um suposto “progresso”.

Referências

BRETAS, Marcos Luiz. **As empadas do confeitiro imaginário**: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, n° 1, 2002.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da era Vargas. Brasília, 2ª edição, Editora Universidade de Brasília, 1994.

CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo, 1ª edição, Contexto/EDUSP, 1988.

CASTELO BRANCO, Renato. **Tomei um Ita no Norte**: memórias. São Paulo, 1ª edição, L. R. Editores Ltda, 1981.

CRUZ, Heloisa; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador**: conversas sobre história e im-

prensa. *Projeto História*, São Paulo, vol. 1, n° 35, 2007.

DAVIS, Natalie Zemon. **História de perdão e seus narradores na França do século XVI**. São Paulo, 1ª edição, Companhia das Letras, 2001.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo, 2ª edição, EDUSP, 2014.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora FGV, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo, 2ª edição, Companhia das Letras, 1989.

LIMA, Raimundo de Sousa. **Vareiros do Rio Parnaíba & outras histórias**. Parnaíba, 1ª edição, Fundação Cultural do Piauí, 1987.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Crime, violência e sociabilidades urbanas**: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do século XIX. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 30, n° 2, 2004.

SILVA, Josenias dos Santos. **Parnaíba e o avesso da belle époque**: cotidiano e pobreza (1930-1950). Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria. Ou um planetário de erros**. 1ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.